

O QUE É GLOBALIZAÇÃO – EQUÍVOCOS GLOBALISMO E RESPOSTA À GLOBALIZAÇÃO (Ulrich Beck)

Luana Rigotti Caiano Costalonga
Controladora Geral da Câmara Municipal de Itaporã-MS
Pós Graduação em Direito Tributário
Graduação em Direito
Graduação em Inglês
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados/MG
luanacostalonga@gmail.com

Gustavo de Souza Preussler
Doutor em Direito
Mestre em Ciência Jurídica
Pós-graduação em Docência no Ensino Superior
Graduação em Direito
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados/MG
gustavopreussler@ufgd.edu.br

RESUMO

Resumo: Ulrich Beck, em sua obra “O que é globalização? Equívocos globalismo e resposta à globalização” se propõe a abordar o significado das várias facetas da globalização, percorrendo sobre as armadilhas teóricas (equívocos) e indicando o modo de evita-las. Seu livro divide-se em 4 partes, quais sejam: I) Introdução; II) O que significa a globalização? Dimensões, controvérsias e definições; III) Equívocos do globalismo; IV) Respostas à globalização.

Palavras-chaves: Globalização. Estado nacional. Estado transnacional. Empresa transnacional. Glocal.

PRIMEIRA PARTE – INTRODUÇÃO

I. Contribuintes Virtuais

Ulrich Beck introduz sua obra afirmando que globalização significa politização, pois esta confere poder às empresas e suas associações de atuar tanto na configuração da economia quanto na sociedade como um todo.

O poder das empresas transnacionais se fundamenta nos seguintes fatores: elas podem exportar postos de trabalho, distribuir produtos e serviços nos mais variados lugares, podem criar confronto e punir os Estados nacionais, escolher seus locais de investimento etc. Tudo isso sem interferência do poder estatal e sem qualquer debate ou mudança na legislação. O autor chama este fenômeno de

subpolítica e ressalta que o princípio da autoridade do Estado Nacional está cada vez mais apagado diante do comércio mundial.

O autor afirma que a globalização permite às empresas transnacionais produzir em um país, pagar imposto em outro e exigir políticas públicas de um terceiro, bem como critica o fato destas empresas auferirem cada vez mais lucro, reduzindo postos de trabalho e pagando menos impostos, ao passo que o governo nacional aumenta a arrecadação de impostos das pequenas e médias empresas que mais geram postos de trabalho.

Isto se chama conflito entre contribuintes virtuais e reais. Os contribuintes virtuais (empresas transnacionais) auferem lucros astronômicos escapando dos impostos do Estado nacional, enquanto os contribuintes reais (pequenas e médias empresas) pagam uma carga pesada de impostos e lutam pela sobrevivência. Como consequência, a questão da justiça social deve ser reformulada teórica e politicamente na era da globalização.

II. Entre a economia mundial e a individualização o Estado perde a sua soberania: o que fazer?

Diante do diagnóstico de que o capitalismo gera desemprego e não depende do trabalho, o autor ressalta a importância da diferenciação de globalismo e globalização ou globalidade.

Globalismo traz a ideia neoliberal de que o mercado mundial exclui a ação política, restringindo a globalização ao aspecto econômico. O mercado mundial é visto como dominador, distinguindo-se economia de política. As empresas são imperativas (imperialismo da economia).

Ulrich cita que há tanto o globalismo de afirmação quanto o de negação que, “persuadido de que não há escapatória ao domínio do mercado mundial, encontra refúgio em diversas formas de protecionismo” (BECK, 1944, p. 28). Os protecionistas são classificados em pretos, verdes e vermelhos.

Globalidade traz a concepção de multiplicidade de grupos. Sociedade mundial significa o conjunto das relações sociais que não estão integradas à política do Estado nacional ou que não são determinadas por ela. “Globalização significa, diante desse quadro, os processos, em cujo andamento os Estados nacionais veem a sua

soberania, sua identidade, suas redes de comunicação, suas chances de poder e suas orientações sofrerem a interferência cruzada de atores transnacionais.” (BECK, 1994, p. 30)

O autor cita 8 motivos pelos quais a globalidade é irreversível: “1) ampliação geográfica e crescente interação do comércio internacional, a conexão global dos mercados financeiros e o crescimento do poder das companhias transnacionais; 2) a ininterrupta revolução dos meios tecnológicos de informação e comunicação; 3) a exigência, universalmente imposta, por direitos humanos (princípio do discurso democrático); 4) as correntes icônicas da indústria cultural global; 5) a política mundial pós-internacional e policêntrica; 6) a pobreza mundial; 7) a destruição ambiental; 8) conflitos transculturais localizados.” (BECK, 1994, p. 31)

III. O choque da globalização, uma discussão tardia.

A discussão sobre a globalização se deu de maneira tardia na Alemanha. O choque da globalização se deu na Europa central, França, Áustria, Alemanha, Suécia, Itália e principalmente na Alemanha dentre os seguintes motivos: estas nações exportadoras se viram ameaçadas pela globalização do mercado mundial; porque o Estado do bem-estar social figura como um dos perdedores da globalização; porque a globalização acaba com o Estado fechado e isolado.

SEGUNDA PARTE – O QUE SIGNIFICA A GLOBALIZAÇÃO? DIMENSÕES, CONTROVÉRSIAS E DEFINIÇÕES

O autor inicia a segunda parte do livro trazendo exemplos das variadas dimensões da globalização, quais sejam, a informativa, a ecológica, a econômica e a da cooperação ou da produção no trabalho e a cultural.

Quanto a globalização informativa, a soberania de informação de um Estado já não existe mais, a comunicação global se tornou inevitável. O autor traz como exemplo a transmissão via satélite (e não pelas estações de rádio locais) do discurso de Boris Yeltsin contra os comunistas, em meio a derrocada do império soviético.

Quanto a ecológica, o autor exemplificou com a carne de pinguim envenenada que atingiu locais inesperados e que foi objeto de preocupação internacional

(Conferência do Rio de Janeiro de 1992). Observou-se a intervenção de todos os atores sociais em todos os campos da temática social.

Verifica-se a globalização da cooperação ou da produção no trabalho na possibilidade de postos de trabalhos serem exportados e na desnecessidade de se trabalhar conjuntamente num mesmo lugar para produzir bens ou serviços. Estes fatores possibilitam encontrar mão-de-obra barata em outros locais para se realizar a prestação de serviços.

A globalização cultural significa que uma música produzida hoje por determinada pessoa e com determinadas características culturais pode ser reproduzida e aderida por outros países com diferentes características culturais.

Sobre a globalização econômica, “Em meio ao labirinto do mercado mundial formou-se uma nova economia virtual de correntes monetárias transnacionais cada vez menos vinculada a um substrato material e enredada em um jogo de informações e dados” (BECK, 1944, p. 42)

Quanto a esta dimensão, o autor afirma que “continuamos no escuro”, pois há uma série de indagações sem respostas sobre sua definição, como por exemplo: trata-se de investimentos diretos de firmas alemãs no exterior? Do papel das grandes companhias que operam internacionalmente? Etc.

Ainda é polêmico saber quando se iniciou a globalização econômica, uns dizem que se iniciou nos primórdios do sistema capitalista mundial ao início do colonialismo, outros no surgimento de companhias internacionais. Para outros teve início com o término do câmbio fixo ou com a queda do Leste Europeu.

Por fim, o autor busca filtrar um denominador comum de todas as dimensões e controvérsias da globalização. Elimina-se a ideia de que se vive e se interage em grupos fechados. “Globalização significa o assassinato da distância, o estar lançado a formas de vida transnacionais, muitas vezes indesejadas e incompreensíveis” (BECK, 1944, p. 47).

IV. A abertura do horizonte mundial: para uma sociologia da globalização:

Ulrich Beck cita um trecho do livro manifesto comunista de Marx e Engels que aborda o aspecto revolucionário da burguesia na história mundial, a exploração do

mercado mundial, posições neoliberais e marxistas com semelhanças e que põe fim a perspectiva do Estado Nacional.

1) Sociologia como poder intelectual ordenador: a teoria do *container* social.

As sociedades pressupõem o controle do espaço pelo Estado e a homogeneidade interna é em essência uma invenção de controle estatal (produção, cultura, idioma, mercado de trabalho, capital e educação são práticas sociais delimitadas pelo Estado).

“O debate sobre a globalização nas sociedades científicas é a prova e a promessa de uma polêmica produtiva na busca por pressupostos básicos, imagens sociais e unidades de análise capazes de subsistir a axiomática nacional-estatal” (BECK, 1944, p. 56)

2. Espaços sociais transnacionais

Ulrich procura definir os espaços sociais ‘transnacionais’ através das seguintes reflexões:

a) a África não é um continente, e sim um conceito. A África não é um espaço geográfico delimitado, mas sim ideias e concepções de um determinado povo adaptadas a sua realidade. Exemplo: favela brasileira, baile de máscaras nas ruas da cidade europeia de Londres.

b) americanos mexicanos e mexicanos americanos. O autor chama atenção para os espaços sociais transnacionais presentes nos Estados Unidos para ‘acolher’ a população mexicana. Exemplos: apoio às ligas esportivas de migrantes mexicanos em Nova York; incentivo a formação de grupos *Guadelupana* (grupo de culto à Santa Guadalupe, mais importante do México).

3. Lógicas, dimensões e consequências da globalização.

Beck traz a lume a concepção de vários autores renomados acerca da origem e da consequência da globalização, entre vários setores da atividade institucional: economia, tecnologia, ecologia, cultura etc.

a) Sistema capitalista mundial: Wallerstein.

Wallerstein, segundo Beck, substitui de forma radical a ideia de sociedades individuais fechadas e separadas umas das outras pela ideia oposta de um sistema mundial em que todos precisam estar situados em uma divisão de trabalho (economia capitalista mundial). A economia capitalista mundial possui 3 elementos básicos:

princípio da maximização do lucro; estruturas estatais internas e externas de capacidade variável; aquisição de mais trabalho. Para Wallerstein a globalização está determinada exclusivamente como institucionalização do mercado mundial e Beck critica esta determinação como sendo monocausal e econômica.

b) Política pós-internacional: Rosenau, Gilpin e Heid.

“Rosenau rompe também com o pensamento nacional estatal; mas em vez de substituir a anarquia dos Estados nacionais por um sistema mundial de mercado, ele estabelece uma distinção entre duas fases da política internacional” (BECK, 1944, p. 70).

Política mundial policêntrica: “Rosenau substitui o sistema único do mercado mundial, ‘regido’ pela economia, por uma *política mundial policêntrica* na qual nem o capital e nem os governos dos Estados nacionais têm a última palavra, assim como a ONU, o Banco Mundial, o Greenpeace etc., e *todos* entram em disputa pela realização de seus objetivos, ainda que tenham chances desiguais de poder” (BECK, 1944, p. 73). Neste tipo de política há as seguintes situações: organizações transnacionais paralelamente, em conjunto ou em oposição; questões transnacionais determinam a agenda política; eventos transnacionais repercutem nos mais diversos países (Ex.: Copa do Mundo); nascem ‘comunidades’ transnacionais; e estruturas transnacionais provocam e também estabilizam à distância quadros de crise ou cooperação mútua.

A globalização, segundo Gilpin, só ocorre sob determinadas circunstâncias da política internacional; ela depende da autorização do Estado nacional, ou seja, é autorizada por ele. Mas, Ulrich rebate dizendo que essa globalização contingente está ameaçada

Held, segundo o autor, preocupa-se em mostrar como a política nacional perde seu poder de soberania por meio de acordos internacionais, da internacionalização dos processos de decisão política, das crescentes relações de dependência das políticas de segurança, bem como por meio do tráfico de mercadorias e da divisão do trabalho.

c) Sociedade mundial de risco: globalização ecológica como politização forçada

Ao indagar acerca de qual experiência política está associada à consciência da crise ecológica, haverá uma série de respostas. O choque ecológico desperta para

uma consciência ecológica cosmopolita, pois os perigos sustentam a sociedade (sociedade mundial de risco).

Distingue-se 3 tipos de riscos: os conflitos em torno de *bad*s, que é a destruição ecológica condicionada pela riqueza e pelos riscos técnico-industriais (ex.: camada de ozônio); a destruição ecológica condicionada pela pobreza e os riscos técnico-industriais (ex.: desmatamento da floresta tropical); e por fim os riscos das armas de alto poder destrutivo (armas ABC).

O diagnóstico de uma sociedade mundial de risco são: os chamados riscos globais abalam as sólidas colunas dos cálculos de segurança: os danos já não têm limitação no espaço ou no tempo – eles são globais e duradouros; não podem mais ser atribuídos a certas autoridades – o princípio da causação perdeu a sua eficácia; não podem mais ser compensados financeiramente – é inútil querer se garantir contra os efeitos de um *worst case* de ameaça em espiral. Não existem, portanto, quaisquer planos de prevenção para o pior dos casos. (BECK, 1944, p. 83)

Surge então a politização forçada de todos os campos de atuação (necessidade de a sociedade mundial debater sobre os riscos ecológicos).

d) Por que a tese da McDonaldização do mundo é falsa: os paradoxos da globalização cultural:

A expansão do mercado mundial tem consequências sobre a cultura. Adota-se o símbolo global e emerge a tese da convergência da cultura global, ou seja, de que as pessoas onde quer que estejam irão adotar comportamentos comuns ligados pelo símbolo global. O autor aponta o fator econômico por trás disso e ressalta o poder de compra destes símbolos e, como contraponto, a exclusão social gerada pela não aquisição destes símbolos globais.

A globalização não significa uma globalização unilateral, automática e unidimensional. A Globalização passa a considerar o elemento local. Não significa apenas des-localização, mas re-localização. Os produtos e as firmas que atuam no mercado global precisam de conexões locais, e, estar em vários lugares ao mesmo tempo significa ser translocal.

e) Globalização: Roland Robertson

Neste tópico o autor traz a concepção de globalização por Roland Robertson, ressaltando a existência de uma interdependência transnacional. Citou-se o caso dos

casamentos e famílias transculturais estudado por Elizabeth Beck e o “fim da univocidade” (o local e o global não se excluem) estudado por Zygmunt Bauman. Robertson então, substitui o conceito base de globalização cultural por glocalização.

A generalização e a unificação de instituições, símbolos e modos de vida e a redescoberta e a valorização, e mesmo a defesa das culturas e das identidades locais já não representam contradição e sim direitos universais.

f) O poder da imaginação de mundos possíveis: Arjun Appadurai

Beck traz a teoria da autonomia relativa de Arjun Appadurai, a qual postula a independência e a lógica peculiar das culturas e economias glocais. Traz os conceitos delineados por Arjun de *ethnoscapes*, *technoscapes*, *financescapes*, *mediascapes* e *ideoscapes*, bem como dos “mundos imaginados”. Este último decorre do poder da imaginação das pessoas em buscar uma gama de “vidas possíveis” em outro local do planeta, promovido pela indústria cultural.

g) Riqueza globalizada, pobreza localizada: Zygmunt Bauman.

A globalização não impõe uma unificação cultural. Neste tópico o autor preocupa-se em apontar as consequências da desigualdade global citando Bauman. Debate-se então, sobre a polarização e estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados. “Alguns habitam o globo, outros estão acorrentados aos seus lugares de origem...”. Ou seja, com a globalização há a perda do nexo entre pobreza e riqueza, pois ela divide, estratifica a população entre ricos globalizados que têm o poder de vencer o espaço, e pobres localizados que estão presos aos seus lugares.

V. Sociedade civil transnacional: como irá surgir um ponto de vista cosmopolita?

1. Balanço Provisório: o “nacionalismo metodológico” e a sua refutação

Distingue-se a primeira da segunda modernidade. A primeira significa “nacionalismo metodológico” onde há um controle político-estatal do espaço. Todavia esta arquitetura de pensamento se desmancha com a globalização econômica, política, ecológica, cultural, biográfica. Sua refutação se dá pelos seguintes motivos: a maximização dos lucros pelas empresas transnacionais que privam os Estados voltados para o bem-estar das oportunidades de configuração e de poder; a

imaginação de vidas possíveis promovida pela indústria cultural atinge todo e qualquer cidadão; o espírito caritativo se tornou global.

2. A encenação simbólica de um boicote de massas: iniciativas cosmopolitas e subpolítica global.

Ulrich pretende mostrar que o cidadão possui o poder de boicote através do consumo, pois ele pode deixar de adquirir produtos de uma determinada marca que desrespeita as condições ambientais. Destaca ainda que associações são criadas a fim de exercerem tanto o boicote quanto pressão em organizações internacionais para que estas tomem medidas a salvar o meio ambiente. Exemplificou-se com o caso da multinacional Shell, que foi obrigada pelo Greenpeace a desistir de afundar uma plataforma de petrolífera no oceano Atlântico e, em vez disso, desmontá-la em terra firme.

3. Topoligamia: casar-se com vários lugares é a porta de entrada para a globalização em sua própria vida.

Neste tópico o autor reflete sobre o significado da globalização na esfera individual. “A alternância e a escolha de espaços são os padrinhos da globalização” (BECK, 1994, p. 137)

VI. Contornos da sociedade mundial: perspectivas em concorrência

Retoma-se a diferença entre globalização, globalismo e globalidade. A globalização acentua o caráter processual da transnacionalidade em suas dimensões, enquanto a globalidade significa ser uma realidade mais dura: uma sociedade mundial, irreversível, multidimensional, policêntrica, contingente e política.

Discorre-se sobre 6 perspectivas da tese da irrefutabilidade mundial, ora concorrentes, ora complementares, quais sejam:

a) Terceiras culturas ou sociedade civil global?

A sociedade multicultural é uma realidade global (ex.: asiáticos cantando Rap em Londres, baguetes sendo produzidas por irlandeses e tacos por chineses). As experiências culturais não se unificam nem se padronizam, por isso, não se pode dizer que o conceito de unificação cultural global seja vazio de significado, todavia, seu alcance é limitado, pois ignora as contratendências.

O autor retoma o conceito de experiência ameaçadora, que unem as sociedades transnacionais. Forma-se então a sociedade civil global, que, segundo Martin Shaw, significa autopercepção através dos meios de comunicação e relevância relacional.

Por que a algumas guerras são atribuídas um significado global? A relevância se dá por meio da percepção das pessoas sobre a guerra através dos meios de comunicação.

b) Democracia cosmopolita:

A democracia cosmopolita tem como fundamentos os direitos elementares de validade transnacional. Deste pressuposto surge o paradoxo: se a garantia de direitos elementares pressupõe o Estado Nacional, como assegurar esses direitos no âmbito transnacional relativizador do papel do Estado? A resposta para este paradoxo vem com a convergência de vários atores internacionais quando o assunto é proteção de direitos humanos.

Esta relação entre os atores estatais e não estatais seguem 3 modelos, quais sejam, o realismo político, o internacionalista e o cosmopolita. O primeiro modelo (realismo político) foca na soberania Estatal, cabendo aos outros atores uma função consultiva. Este modelo é ampliado com a concepção internacionalista. No segundo modelo (internacionalista) as organizações exercem um papel importante, mas ainda dependem da cooperação dos Estados. Já o terceiro modelo (cosmopolita) coloca o indivíduo no centro da análise e este atua conjuntamente com outros indivíduos, organizações interestatais e ONGS. O indivíduo ocupa posição central e há relação direta entre este, organizações interestatais e ONGs.

c) Sociedade mundial capitalista

Discorre-se neste ponto sobre alguns aspectos vitais da economia capitalista: (1) um número cada vez maior de integração ao sistema capitalista enquanto ocorre a dissolução dos espaços econômicos e de auto-sustentação nacionais; (2) companhias transnacionais têm interesses em estados fracos; (3) os Estados de bem-estar social do continente europeu entraram em um espiral progressiva, ou seja, chegou o momento de se verificar se este tipo de Estado é financiável, pois eles têm que lidar com as consequências da economia transnacional; (4) a substituição do trabalho pelo conhecimento e pelo capital; (5) a dupla relatividade da pobreza no que

tange a sua medição; (6) as contradições da vida glocal livremente instituída e auto-organizada servem como critérios de exclusão; (7) ao capitalismo sem trabalho, no entanto, corresponde um marxismo sem utopia.

d) Sociedade mundial de risco: o caixão da modernidade se abre.

Os debates sobre os riscos ecológicos globais tornam-se politizados. Ulrich chama atenção para o fato de que as decisões sobre os danos ecológicos são tomadas publicamente enquanto de fato já foram decididas a portas fechadas pelas grandes instituições. Logo, a percepção pública dos riscos surge de uma sociedade autocrática.

O termo caixão da modernidade, refere-se o diagnóstico de Marx Weber de que a sociedade é movida pela teoria do risco e que a sociedade é muito mais lamentadora das situações dos que está disposta a mudar. Sociedade de risco: “os riscos imaginários são os chicotes que fazem andar o tempo presente”.

e) Sociedade (de transição) política. A sociedade mundial como política legitimada de modo não democrático.

Sociedade mundial sem Estado mundial, não existe mais a unidade entre Estado, ‘sociedade e indivíduo’. Seus traços distintivos são: atuam em diversos lugares anulando o princípio territorial do Estado; produzem resultados inclusivos; sua ação é mais eficaz; os atores transnacionais criam para si uma soberania inclusiva. Por todos estes motivos, Ulrich afirma que estamos diante de uma politização por meio da despolitização.

Sociedade mundial totoplural é a sociedade conectada pela vida digital, fundada apenas na rede e em interesses e não mais pela convivência territorial e pelos vínculos parentais ou tradicionais.

Sociedade mundial indiferenciada, significa que hoje a sociedade não está mais diferenciada, com domínios específicos, pois a sociedade mundial nos remete a um novo mundo, a uma espécie de continente inexplorado.

f) Perspectiva: Estado transnacional

O Estado nacional e por consequência, a democracia estão fadados ao fim pelo Estado transnacional, pois este é estado não nacional (negando a teoria do contêiner social e estatal); nega o modelo de Estado nacional, mas afirma o conceito

de Estado; é Estado glocal “que compreendem a si mesmos segundo o princípio da diferenciação inclusiva como províncias da sociedade mundial e adquirem a partir dele sua posição – no mercado mundial, na política mundial policêntrica” (BECK, 1994, p. 194).

TERCEIRA PARTE – EQUÍVOCOS DO GLOBALISMO

Ulrich Beck ressalta mais uma vez o fato de que a globalidade é um processo irreversível. Globalidade e globalização significam também Estado não mundial. Sociedade mundial sem Estado mundial e sem governo mundial (BECK, 1994, p. 203).

Os dez equívocos do globalismo são:

1. Metafísica do mercado mundial: o discurso da globalidade neoliberal é basicamente economicista, sendo que suas dimensões giram em torno da economia. Pensar assim é extremamente perigoso para outras problemáticas como a social, por exemplo.

2. O chamado livre comércio mundial: pensar que o globalismo vem ao encontro do livre comércio mundial, com o argumento de que instiga a concorrência e acarreta a redução dos custos com respeito às condições ambientais é um equívoco, pois ignora-se aqui o fato de que o desemprego em massa obriga os governos a adotarem uma política econômica exportadora com desrespeito ao trabalho e aos meios de produção;

3. (Ainda) estamos diante de uma internacionalização e não de uma globalização da economia: isso justifica-se pelos indicadores econômicos, os quais mostram o fortalecimento das relações transnacionais de comércio e produção entre determinadas regiões e dentro delas. O mercado mundial fortaleceu a progressiva substituição do trabalho pelo capital e pelo conhecimento. Contudo, a pressão da concorrência por setores ancorados no capital e no conhecimento, assim como em mão-de-obra altamente qualificada irá se intensificar no futuro, pois com o crescimento econômico dos países emergentes e dos países do Leste Europeu e da Europa Central, estes serão novos candidatos na concorrência aos setores produtivos já mencionados, juntamente como os países industrializados (BECK, 1994, p. 208).

4. Dramaturgia de risco: o globalismo emana muito mais da encenação da ameaça do que de fatos reais, tratando-se consequentemente de uma sociedade de

risco que confere poder às empresas transnacionais. O autor exemplifica com o deslocamento de postos de trabalho para países com mão de obra mais barata que são ocasionados mais pela ameaça do que pela ‘desgraça real’.

5. A ausência da política como revolução. Ulrich afirma que o globalismo neoliberal se apresenta como uma ação de forma apolítica mas ela é altamente política. A globalização econômica não é um mecanismo e não é automática; ela é na verdade um projeto político praticado, numa constante renovação, por atores transnacionais, instituições e coalizões.

6. O mito da linearidade: afirmar que a linearidade e a tese da convergência cultural é uma consequência da unificação econômica significa ignorar o fato de que o termo ‘local’ ganhou um novo significado. Deve-se levar em consideração o boom do turismo, a formação de universos restritos a especialistas que não mantêm vínculos com praticamente nenhum local etc.

7. Crítica do pensamento catastrofista: o pensamento de ‘catástrofe’ delineado por Hannah Arendt sobre a crise do trabalho produtivo é criticado pelo autor sob o argumento de que isto não se trata de uma crise ou catástrofe, mas sim de uma transformação ou reconfiguração pela entrada no mundo desconhecido da globalidade.

8. Protecionismo preto: os protecionistas pretos ao mesmo tempo em que defendem o estado nacional, acreditam no livre mercado mundial, sem levar em consideração de que este último prejudica o primeiro.

9. Protecionismo verde: “os protecionistas verdes reconhecem no Estado nacional um biótipo político ameaçado de extinção – que, assim como a natureza ameaçada, é digno de proteção – e defendem o *standard* ambiental contra a opressão mundial” (BECK, 1944, p. 218). A crítica consiste no resultado contraproducente da diferenciação dos mercados com leis ambientais severas de mercados com leis ambientais menos severas. Proteger indústrias que possuem relativa independência em face de outras economias menos desenvolvidas impede a adoção de um *standard* mais elevado em regiões com pouca consciência ecológica.

10. Protecionismo vermelho: “os protecionistas vermelhos retiram o pó das vestimentas da luta de classes para todas as ocasiões: a globalização para eles corresponde à expressão ‘tínhamos razão’. Festejam uma ressurreição do marxismo.

No entanto trata-se apenas de uma teimosia cega e utópica” (BECK, 1944, p. 219). Toda mudança em relação a questão social implica a tomada de uma medida que ora pode ser boa, ora ruim.

QUARTA PARTE: RESPOSTAS À GLOBALIZAÇÃO

O choque da globalização possui um efeito politizante, pois todos os atores e organizações precisam lidar com os paradoxos e as exigências da globalização e com a sua dinâmica que altera todos os antigos fundamentos. Daí surge a importância de se traçar 10 respostas à globalidade em contraponto aos dez equívocos mencionados acima.

A primeira resposta seria a cooperação internacional. É necessário que sejam instituídas regulamentações internacionais, convenções e instituições internacionais para regular as transações entre os Estados Nacionais, ou seja, deve haver uma coordenação política entre eles. Os Estados nacionais devem comprometer-se e associar-se no sentido de que eles impusessem restrições às empresas transnacionais e que eles pudessem renovar seus poderes político-estatais e seu poder de conformação.

A segunda solução busca o Estado transnacional ou a “soberania inclusiva”. Observou-se que os países de melhor atuação ecológica são quase todos pequenos e foram bastante impulsionados pelo mercado mundial.

Constrói-se um estado transnacional através dos princípios do pacifismo jurídico e do princípio federalista do controle interestatal. O primeiro princípio defende a criação de normas e instâncias internacionais de solução de conflitos transnacionais, enquanto o princípio do federalismo dispõe que o poder seja exercido de forma horizontal, e não de cima para baixo.

Ulrich define o federalismo transnacional como “uma política de auto-integração ativa dos Estados isolados no contexto das relações internacionais com vistas à renovação dos Estados locais isolados e à delimitação do poder dos centros transnacionais” (BECK, 1944, p. 236)

Para que haja a soberania inclusiva é necessário que a globalização seja vista também sob um enfoque político e que seja fundamentado na cooperação internacional.

A terceira resposta é a participação no capital, Ulrich Beck defende a troca da prioridade de uma política salarial por uma política de participação no capital como uma medida benéfica. Todavia, essa medida beneficia somente àqueles que estão integrados no processo de produção, não abrangendo os desempregados.

A quarta resposta defende que deve ocorrer ainda uma reorientação da política educacional, devendo o trabalho ser renovado ou valorizado pelo conhecimento. Aqui defende-se o investimento em formação e conhecimento para que os cidadãos de determinado local tenham uma melhor orientação em meio às paisagens e contradições da sociedade mundial.

Com base na premissa de que um capitalismo transnacional não arrecada impostos e destrói postos de trabalho, surge a seguinte indagação como quinta resposta: os empresários transnacionais são a-democráticos ou antidemocráticos? Para solucionar este impasse o autor propõe que os vencedores da globalização sejam intimados a pagarem seus impostos, ou seja, que sejam chamados a assumirem suas responsabilidades perante o mercado mundial.

Propõe-se então a politização do consumo, como por exemplo a exigência dos consumidores pela adoção de um símbolo obrigatório de identificação que seja de fácil leitura; de etiquetas sociais, democráticas e ecológicas que informem a respeito das condições de fabricação dos produtos e do engajamento democrático das empresas fabricantes; a responsabilização pelos produtos, de forma que estes sejam sobretarifados caso não obedeçam às normas estabelecidas.

A sexta defende uma aliança em favor da atividade comunitária Beck propõe que para a construção de perspectivas ao mesmo tempo transnacionais e descentralizadas para a sociedade civil, o trabalho comunitário seja remunerado (atuando ao lado dos trabalhos aquisitivo e autônomo). Os princípios da espontaneidade ou auto-organização e do financiamento público podem fazer da atividade comunitária uma alternativa interessante. Mas como seria possível esse financiamento da atividade comunitária? Através da assistência social e do seguro desemprego; da redução de impostos sobre a atividade comunitária; de associações para o bem-estar; de fontes não-materiais como redes de intercâmbio; e do mecenato social, que é o financiamento de projetos por empresas transnacionais.

A sétima resposta surge com a indagação: O que virá após o modelo *Wolkswagen* de nação exportadora? A determinação de novos objetivos culturais, políticos e econômicos. O projeto de uma Alemanha exportadora ocorreu com a conquista do mercado mundial de bens de consumo como a *Wolkswagen*, *Mercedes-benz*, *Siemens* etc. produzidos na Alemanha. Todavia, essa sociedade de bem-estar, consumo de massa e garantias sociais se viu ameaçada com a produção de bens de consumo com mesma qualidade e mais baratos por outros países. Então surgiu a seguinte questão: o que poderia substituir o modelo *Wolkswagen* da nação exportadora para interligar cultura, política e economia? Como resposta pode-se perceber que o mercado mundial premia a diferença, logo, será importante considerar alguns aspectos que foram desacreditados anteriormente, como por exemplo, a produção de produtos ecológicos; a individualização; o mercado de risco; a re-regionalização dos mercados; a supressão da barreira da homogeneidade cultural.

A oitava solução é: culturas experimentais, mercados-nicho e auto-renovação social. A partir das culturas experimentais, surgem os mercados nichos, que são uma resposta ao fim da produção em massa e o fim do emprego integral, e possibilitam três elementos diferentes: - primeiro, um laboratório cultural do futuro e um engenhoso modo de produção; - segundo, baixos custos de produção, com iniciativa própria, sem leis burocráticas de proteção futura; - terceiro, o fortalecimento e previsão das especialidades regionais e da auto-organização de sociedades civis transnacionais. Tudo isso possibilita ainda, uma auto-renovação social.

Os empresários públicos e trabalhadores autônomos são a nona resposta. O autor explica com o exemplo do McDonald's, onde de um lado figuram os proprietários individuais (empresários públicos) que fornecem a licença da marca, o know-how e os ingredientes particulares em troca da participação na venda, e de outro figuram os receptores da licença (trabalhadores). Com essa combinação ambos obtêm um ganho maior. Aqui percebe-se que cada vez mais as grandes empresas produzem uma grande massa de empresários virtuais.

Por fim, a décima resposta à globalização seria um pacto social contra a exclusão. O autor sempre bate na tecla de que as rendas do trabalho diminuem enquanto as rendas do capital aumentam, ou seja, a produtividade do capital cresce cada vez mais sem trabalho e isto realça a condição de que os ricos estão cada vez

mais ricos enquanto os pobres cada vez mais pobres. Com o desemprego e a pobreza surge um grupo de excluídos. Surge então, a seguinte indagação: quanta pobreza a democracia pode suportar?

A miséria e a pobreza correspondem cada vez menos aos estereótipos de classe e são, por isso, mais difíceis de identificar e de organizar como força política. Não só o desemprego causa pobreza, mas também uma doença severa, uma hipoteca, uma falta de crédito etc.

As pessoas passam a encarar a pobreza como um destino ou problema pessoal e não mais como um problema de classes.

Diante destes fatores, como a justiça social é possível na era global? O autor aponta então que, primeiro, deve-se organizar e incorporar garantias básicas; segundo, fortalecer redes sociais de autoproteção e auto-organização; terceiro, levantar e vigiar a questão da justiça econômica e social em escala mundial, nos centros da sociedade civil global.

VII. A Europa como resposta à Globalização

Buscar conceituar Europa é uma tanto quanto difícil. Ulrich chega a afirmar que a Europa não é nada mais do que um rótulo, um adesivo ou um decreto burocrático. Todavia, a Europa deve ser politicamente projetada e estudada como resposta às questões futuras, em todas as áreas temáticas.

VIII. Perspectiva: naufrágio à la carte – a brasilianização da Europa.

Ulrich finaliza sua obra com uma crítica ao pós-modernismo e ao globalismo neoliberal. Se eles de fato ocorrerem, as visões catastróficas tornar-se-ão realidade, e por conseguinte ocorrerá a brasilianização da Europa.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. O que é Globalização? equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ABSTRACT

Ulrich Beck, in his work "What is globalization? Misunderstanding Globalism and the Response to Globalization" aims to address the significance of the various facets of globalization, discussing the theoretical pitfalls (misconceptions) and indicating how to avoid them. His book is divided into 4 parts, which are: I) Introduction; II) What does globalization mean? Dimensions, controversies and definitions; III) Misconceptions of globalism; IV) Responses to globalization.

Keywords: Globalization. National state Transnational State. Transnational company. Glocal.